

# MUDANÇA DE PARADIGMAS EM ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM CENTROS DE VISITANTES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Vanessa Andretta; Paul K. F. Karnopp; Renato L. G. Macedo; Maria R. Vitorino; Sâmara B. Macedo; Nelson Venturini

**Instituição:** Universidade Federal de Lavras- Departamento de Ciências Florestais e Departamento de Educação Física

**E-mail:** vanessa.tur@gmail.com

**Eixo 2** - Planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação

## INTRODUÇÃO

A atividade ecoturística no Brasil demonstra grande crescimento com potencial para atrair cada vez mais visitantes.

As áreas protegidas brasileiras são conhecidas como Unidades de Conservação - UC, e algumas destas áreas permitem a entrada de visitantes.

Os parques são as Unidades de Conservação que de acordo com o Sistema Nacional Unidades de Conservação (SNUC, 2000) permitem a visita para: educação, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza.

Para desenvolver o ecoturismo nestas UC, é de suma importância que se realize um Plano de Manejo, que dará aos gestores condições de estruturar as visitas para que a área sofra mínimo impacto.

De acordo com Guia de Chefe (IBAMA, 1999) os impactos da visita são bastante conhecidos. Para a unidade de conservação, relacionam-se com a degradação do meio ambiente. Para as comunidades do entorno, dizem respeito a mudanças sócio-culturais negativas e à dependência quanto a continuidade da atividade econômica.

Também os benefícios são bastante conhecidos e reportam diretamente à valorização da Unidade, além de geração de receita. Para as comunidades do entorno, relacionam-se principalmente à geração de emprego e renda, além da possibilidade de novos empreendimentos, impulsionando o desenvolvimento regional com melhoria da qualidade de vida.

O estabelecimento de uma relação equilibrada entre custo e benefício da visita fundamenta-se em um eficaz processo de administração das unidades de conservação, que preveja programas de educação, informação e interpretação disponibilizados aos visitantes, assim como na implantação de programas de desenvolvimento sustentável para o entorno das Unidades e, ainda, em coerentes decisões políticas.

Uma das medidas que corroboram com a transmissão de informações e conscientização dos visitantes é a implantação do Centro de Visitantes. O centro de visitantes é o espaço de apoio a uma variedade de programas e atividades desenvolvidos em uma UC, em seu aspecto de uso público e educação.

Receber o visitante, informá-lo sobre a UC, normas de conduta, oferecer serviços como: transporte, telefones, água potável, sanitários, passeios, serviço de guias, apresentações de filmes e palestras, serviços de hospedagem e campismo, áreas e atividades de recreação, serviços de alimentação, dentre outras, incluindo os respectivos horários de funcionamento., são algumas das atividades exercidas pelo Centro de Visitantes.

A maior parte dos Centros dos Centros de Visitantes apresentam atividades tradicionais bastante utilizados na educação formal como: apresentação de palestras, vídeos, leitura de cartazes, *banners* ou folhetos, que trazem informações sobre a área e noções conservacionistas.

A proposta deste estudo é apresentar atividades lúdicas que possam cumprir com o papel de informar, sensibilizar e conscientizar os visitantes de forma mais agradável, sutil e eficaz, além de promover maior integração entre os grupos de visitantes, os guias e os guarda-parques.

## **OJETIVO**

O objetivo do presente trabalho científico é suscitar uma análise e discussão sobre os paradigmas em atividades oferecidas em Centro de Visitantes em Unidades de Conservação.

Apresentar que a maior parte dos Centros de Visitantes apresentam atividades tradicionais bastante utilizados na educação formal como: apresentação de palestras, vídeos, leitura de cartazes, *banners* ou folhetos, que trazem informações sobre a área e noções conservacionistas.

Realçar tipos de atividades que podem ser promovidas com facilidade, baixo custo e pouca mão-de-obra. Discutir que através de atividades lúdicas a visitação pode ser iniciada com um clima agradável, amistoso e principalmente com o visitante sentindo-se um dos responsáveis pela conservação ambiental e promovendo mínimo impacto em sua visita.

## **METODOLOGIA**

Adotou-se a metodologia qualitativa-descritiva de levantamento, análise e discussão

de referenciais bibliográficos contemporâneos sobre os pontos relevantes da temática proposta. Para tanto, define e caracteriza a importância do ecoturismo para a educação ambiental, apresenta a importância das atividades ecoturísticas desenvolvidas em unidades de conservação para incentivar uma postura conservacionista por parte dos visitantes. Inserido neste contexto estão os Centros de Visitantes e suas atividades que promovem a educação ambiental. Através desta pesquisa buscou-se uma mudança de paradigmas nas atividades habitualmente desenvolvidas nestes Centros, propondo a inserção de atividades lúdicas durante a recepção dos visitantes embasada em trabalhos contemporâneos com propostas equivalentes.

## **DESENVOLVIMENTO DO TEMA**

### **Ecoturismo**

No Brasil, as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo conceituam o ecoturismo como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (BRASIL, 1994).

Mas o efeito causado pela falta de planejamento da atividade pode ser maléfico. A própria atividade mal manejada pode sucumbir os seus atrativos e comprometer a atividade, a comunidade local e na maior parte das vezes trazer danos ao meio ambiente.

Com objetivo de tornar a atividade potencialmente promissora como ferramenta para a conservação ambiental é preciso vislumbrar o crescimento da atividade de maneira sustentada.

Segundo BENI (2004) hoje existe um consenso mundial de que o turismo sustentável tem de firmar-se em quatro pilares:

- 1 o ambiental, principal fonte de matéria prima dos atrativos;
- 2 o social, e aí se entende em sua abrangência, a comunidade receptora, o patrimônio histórico-cultural e a interação com os visitantes, ao mesmo tempo em que eleva o padrão de vida e a auto-estima dessa comunidade;
- 3 o econômico, com todos os interrelacionamentos e interdependências da cadeia produtiva, permitindo sua articulação com a identificação correta de suas unidades de produção e de negócios para estabelecer uma rede de empresas a fim de atuar

de forma integrada, proativa e interativa, obtendo níveis de comparatividade e produtividade para o alcance de competitividade;

4 o político, que se instrumentaliza mediante estratégias de gestão que possibilitem coordenar as iniciativas locais na criação de um entorno emulativo de produção, favorecendo o desenvolvimento sustentável.

FENNEL (2002) apresenta o desenvolvimento de maior consciência e compreensão das contribuições que o turismo pode trazer ao meio ambiente e à economia, à promoção da equidade e do desenvolvimento, à melhoria da qualidade de vida das comunidades anfitriãs, ao oferecimento de experiência de alta qualidade para o visitante, e à manutenção da qualidade do meio ambiente como metas do turismo sustentável.

O turismo sustentável é, ao mesmo tempo um ideal a ser alcançado, e uma realidade a ser praticada, tanto que integra uma série de tendências para o turismo, entre os anos 2000-2010, prognosticada por Markus Schwaninger, *apud* RUSCHMANN (2000), como a ampliação dos movimentos em prol da conservação pela conscientização ambiental e o estreitamento do relacionamento entre o homem e a natureza, a construção de equipamentos turísticos dentro de determinados limites de agressão à natureza, sob pena de serem rejeitados pelos turistas. A arquitetura dos alojamentos e demais equipamentos deve priorizar a aplicação de ecotécnicas, de restaurações ou de reformas, incremento às estratégias de preservação do patrimônio natural e cultural, pelas comunidades receptoras, maior envolvimento das instituições públicas e políticas, no projeto de desenvolvimento das comunidades locais.

De acordo com a EMBRATUR (2005), o planejamento, tendo como base o turismo sustentável, envolve atividades de caráter multidisciplinar, englobando a preservação dos processos ecológicos, da diversidade da fauna e flora, e dos recursos naturais e culturais, a qualidade de vida compatível com a cultura e os valores dos residentes, mantendo e fortalecendo a identidade da comunidade e a geração de recursos econômicos, para a sua exploração no presente e no futuro.

A gestão da visitação e do uso dos espaços ecoturísticos inserem-se no contexto do planejamento ambiental, utilizando-se de ferramentas de planejamento e gestão, como a Capacidade de Cargas (*Carrying Capacity – CC*), o Espectro de Oportunidades de Recreação (*Recreation Opportunity Spectrum - ROS*), a Limitação de Mudanças Aceitáveis (*Limits of Acceptable Change - LAC*), o Manejo do Impacto dos Visitantes (*Visitor Impact Management– VIM*) e o Processo de Administração da Atividades do Visitante (*Visitor Activity Management Optimization - VAMP*).

## Unidades de Conservação no Brasil

Para que áreas de relevante importância ambiental pudessem ser protegidas o Congresso Nacional aprovou a lei 6.938, de 1981, definindo essas áreas como Unidades de Conservação, sendo um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, que define que as unidades de conservação são áreas com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos. Podem ser criadas pelos governos federal, estadual ou municipal e, sendo uma das diferentes maneiras de se assegurar a proteção dos recursos naturais.

Em 2000, o Congresso Nacional decretou a lei nº 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação brasileiras.

De acordo com o Art. 4º tem os seguintes objetivos:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.”

Desta forma, através da criação de Unidades de Conservação o país passa a ter maior domínio sobre suas áreas protegidas.

Dentre estas áreas protegidas estão as Unidades de Conservação que permitem a

entrada de visitantes. As áreas mais preparadas e planejadas para a visita são os parques nacionais, estaduais e municipais.

Dentro do SNUC, a visita pode ser realizada da seguinte forma:

<b>Categoria de manejo</b>	<b>Tipos de visita permitidos</b>
Estação Ecológica	Objetivo educacional
Reserva Biológica	Objetivo educacional
Parque Nacional	Educação, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza
Monumento Natural	Condicionado ao plano de manejo, às normas do órgão gestor e regulamento
Refúgio da Vida Silvestre	Condicionado ao plano de manejo, às normas do órgão gestor e regulamento
Área de Proteção Ambiental	Nas áreas de domínio público, são definidas pelo órgão gestor
Floresta Nacional	Condicionado ao plano de manejo, às normas do órgão gestor e regulamento
Reserva Extrativista	Compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo
Reserva de Fauna	Condicionado ao plano de manejo, às normas do órgão gestor
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Objetivo turístico, recreativo e educacional

Dentre as categorias de unidades de conservação, os parques nacionais são a única categoria que conta com regulamentação específica. O Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros – Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, estabelece normas quanto aos aspectos físicos (zonas), intensidade, formas e ações associadas à visita.

Sem dúvida, a visita constitui-se numa importante ferramenta ambiental, social, econômica e política, mas este instrumental deve ser utilizado dentro de critérios profissionais bem estabelecidos.

#

**Educação Ambiental e Ecoturismo**

A Educação Ambiental passou a se inserir na sociedade brasileira desde a década de 1970, e, de modo oficioso, dialogava e propunha manifestações sociais que buscavam debater o caráter político do uso dos recursos naturais. Como instrumento de diálogo, tanto no Brasil quanto nos mais diversos países, suas práticas traziam o anseio da sociedade pela liberdade de expressão e qualidade de vida nas mais diversas camadas sociais, especialmente para as menos favorecidas.

Nestes tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, ciberespaço, multimídia, internet, a educação para a cidadania representam a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida. Nesse sentido cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente. O educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza (PÁDUA E TABANEZ,1998).

A noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento (JACOBI, 1997).

Nesse contexto, segundo REIGOTA (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para PÁDUA E TABANEZ (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

A educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária.

A prática do turismo ecológica está diretamente ligada à idéia de sustentabilidade desses locais. Para que o turismo sustentável seja praticado, é necessário um plano de utilização desses espaços, um plano de manejo, no qual ficam determinadas as áreas que devem ser preservadas (visitação proibida) e áreas que devem ser conservadas (permitem a visitação pública controlada). Também é no plano de manejo que fica determinado como a Educação Ambiental deverá ser abordada para os visitantes.

A Educação Ambiental tem como objetivo ensinar às pessoas a importância de preservar esses espaços, utilizando métodos recreativos para dar a elas algumas noções de

ecologia, o estudo dos ecossistemas. A Educação Ambiental deve considerar como alvo importante a população local, pois essa população deve ser a primeira a ser orientada em concordância com os propósitos de preservação.

Para aqueles que vivem nos grandes conglomerados urbanos, longe de ambientes naturais a natureza pode ser um cenário desprezível, que pode ser vista como áreas sem valor, econômico agregado, e muitas vezes transmitindo medo do desconhecido (animais peçonhentos, insetos incomodos, etc). O ecoturismo pode ser um grande aliado para o reencontro do homem com os ambientes naturais, um estímulo para adentrar ao ambiente natural com contemplação, prazer, respeito e admiração.

### **Atitudes e comportamento dos visitantes**

A atitude é uma disposição para um certo comportamento quando certas circunstâncias aparecem, de maneira que predispõe uma vontade de agir em favor de determinado assunto ou contra ele. A atitude deve ser baseada em boa informação e numa reflexão consciente. (KINKER, 2002)

A importância das atitudes tem sido pouco discutida em relação a conservação. A mobilização ou mudança de atitudes é fator crucial se queremos ter uma chance no processo de preservação e conservação da biodiversidade. É necessária uma revolução nas atitudes, que nos leve à apreciação da diversidade por ela mesma, sem considerar os benefícios diretos para a humanidade. Só assim salvaremos a natureza e anos mesmos (Hagvar *apud*. KINKER, 2002)

Para a mesma autora é importante perceber que o desenvolvimento de atitudes em relação à conservação é um processo gradual e se desenvolve em vários níveis de percepção:

- 1 Conhecimento;
- 2 Avaliação;
- 3 Formulação de atitudes;
- 4 Ações.

Com o objetivo de desenvolver nos visitantes um comportamento com atitudes conservacionistas, as unidades de conservação abertas a visitação muitas vezes optam por implantar um Centro de Visitantes ou Centro de Educação Ambiental.

### **Centros de visitantes**

De acordo com Guia do Chefe (IBAMA, 1999) o centro de visitantes é o espaço de

apoio a uma variedade de programas e atividades desenvolvidos em uma Unidade de conservação, em seu aspecto de uso público e educação. Esse guia é um material produzido pelo IBAMA com o objetivo de auxiliar os gestores de UC a manejar estas áreas.

De acordo com o Guia do Chefe:

“Faz parte dos objetivos dos centros de visitantes propiciar a aproximação dos visitantes com a natureza, permitindo que estes interiorizem o significado das áreas protegidas, sua importância em termos de preservação, manejo e aproveitamento indireto dos recursos naturais e culturais.

Os objetivos dos centros de visitantes podem ser bastante diversos. Cada centro terá seus objetivos estabelecidos de acordo com as características e problemática de cada área protegida.

O centro de visitantes de uma área protegida torna-se, dentro desta concepção de trabalho, o local onde o visitante é recebido e lhe são proporcionados:

- Informação sobre os serviços disponíveis na unidade de conservação, tais como transportes, telefones, água potável, sanitários, passeios, serviço de guias, apresentações de filmes e palestras, serviços de hospedagem e campismo, áreas e atividades de recreação, serviços de alimentação, dentre outras, incluindo os respectivos horários de funcionamento. No centro de visitantes, o usuário recebe também informação sobre as normas que deve seguir quando em visita à unidade de conservação, bem como sobre os benefícios que esta propicia à sociedade.
- Orientação espacial do local em que o visitante se encontra. Para tal, podem ser utilizados, por exemplo, maquetes, mapas, folhetos e fotografias aéreas.
- Interpretação das "informações" sobre os recursos naturais e culturais da área que se está visitando.

As informações e orientações permitem que o visitante melhor planeje seu tempo disponível em função de seus interesses, enquanto a interpretação leva a um melhor entendimento sobre o meio ambiente visitado.

Os centros de visitantes podem ser implantados de forma sofisticada ou de maneira muito simples. Estas variações podem ocorrer em função da disponibilidade de recursos financeiros e/ou de pessoal com experiência nesta atividade. O importante é estabelecer a implantação do centro como uma nova meta de trabalho.

De uma maneira geral, o nosso maior compromisso com a implementação de um centro de visitantes é o de despertar interesse neste e possibilitar que o seu contato com a natureza ou com os atributos culturais da Unidade torne-se uma experiência única e somente sua.

Devemos sempre lembrar que os visitantes, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos, vão à uma unidade de conservação com um objetivo maior, que é o de entrar em

contato com os valores ambientais e/ou culturais da área protegida. Sua passagem pelo centro de visitantes pode ser rápida, mas deve ser eficaz. Ou seja, devemos transmitir as informações necessárias para que eles desfrutem do ambiente da melhor forma, respeitando o objetivo que os levou a escolher aquela área para visitar. Ao fim de sua jornada, eles devem ter a sensação de ter cumprido suas metas na unidade de conservação, as quais devem ter sido enriquecidas pela maneira diferente com que puderam apreciar a área visitada.

A eficiência de um centro de visitantes pode ser medida quando, ao final da visita, o visitante é capaz de ter compreendido porque aquela área é protegida, quando ele pode citar algumas espécies ali encontradas, pontos de destaque e a importância da área e, especialmente, quando consegue visitar a área protegida sem causar distúrbios ou danos. (IBAMA, 1999)”

### **Atividades desenvolvidas nos Centro de Visitantes**

Costumeiramente ao chegarmos a maioria dos Centros de Visitação dos parques nacionais, estaduais e municipais brasileiros encontramos uma gama e materiais preparados para informação e orientação dos visitantes.

Normalmente estas UC contam com um mapa do parque em cartazes, *folders* e *banners*. Outros cartazes, *folders* e *banners* contém informações importantes sobre a área como: flora, fauna, comportamento das mesmas, atrativos naturais, históricos e culturais. Algumas possuem recursos audio-visuais e apresentam vídeos e gravações. As palestras também são comuns nos tradicionais centros de visitação e muitas vezes abordam temas conservacionistas e normas de conduta para visitação.

Todas estas atividades são de suma importância para instruir e conduzir os visitantes a atividades de mínimo impacto porém, muitas vezes podem perder seu valor por serem formais, demoradas e pouco motivadoras.

A grande maioria dos visitantes que procuram as UC estão ansiosos por um encontro íntimo e próximo a natureza. Ao chegarem aos parques são conduzidos aos Centro de Visitantes. Estes visitantes em maioria estão ávidos por conhecer os atrativos da área, entusiasmados em se deparar com cenários fantásticos, de beleza cênica incomparáveis, imagine que neste momento ele será convidado a sentar-se para ouvir uma palestra ou assistir um vídeo. Muitas vezes estas atividades se prolongam e todo entusiasmo e motivação destes visitantes podem declinar. Sabemos que se desmotivados, poucas das informações transmitidas serão assimiladas e executadas em seguida.

Quando as normas da UC exigem que os visitantes formem grupos para serem acompanhados necessariamente por guias locais, muitos visitantes se sentem

incomodados, reclamam por não conhecer as pessoas do grupo e questionam sua privacidade.

Tanto o trabalho do Centro de visitantes como também o acompanhamento dos visitantes pelos guias são atividades extremamente importantes para se manter uma visita de mínimo impacto porém, como podemos aliar estas atividades ao prazer e satisfação desses visitantes?

As atividades lúdicas na natureza podem ser o ponto de conciliação entre os gestores da áreas e seus visitantes.

CORNELL (1997) aborda o *aprendizado seqüencial*, o qual é capaz de despertar, sutilmente, a percepção da natureza. O autor propõe cinco regras do ensinamento ao ar livre dirigidas a guias, monitores e educadores em geral que pretendem acompanhar algum grupo: ensine menos e compartilhe mais; seja receptivo; concentre a atenção no grupo; observe e sinta primeiro, fale depois; crie um ambiente leve, alegre e receptivo.

Os princípios básicos subjacentes a essas regras são: interdependência, complementaridade, respeito, diversidade, cooperação, flexibilidade, sensibilidade, interesse e responsabilidade.

Com base nesses princípios, o autor desenvolveu a metodologia denominada *aprendizado seqüencial*, visando a organizar as atividades, auxiliando o educador que busca por mais e melhores interações com o meio ambiente, trabalhando com a percepção dos elementos naturais.

Tal metodologia é composta por quatro estágios:

- 1) “Despertar o entusiasmo”;
- 2) “Concentrar a atenção”;
- 3) “Dirigir a experiência” e
- 4) “Compartilhar a inspiração”.

O autor propõe inúmeras atividades para serem desenvolvidas conforme a seqüência dos estágios descritos; contudo, como ele mesmo alega, não se deve ficar “engessado” à ordem de tais princípios, pois o *aprendizado sequencial* não é um sistema rígido, permitindo que as atividades de cada estágio sejam adaptadas conforme o perfil e o interesse do grupo acompanhado.

MARINHO (2004) comenta que seria interessante, que nos conteúdos a serem transmitidos aos visitantes da natureza fossem acrescentados outros elementos referentes a uma dimensão educativa mais sólida e lúdica com relação à natureza, o que não se limita a seus aspectos meramente práticos. Nesse sentido, as idéias contidas na proposta do *aprendizado sequencial* parecem ser bem-vindas. Nele é possível ser visualizada uma intensificação de sensações prazerosas, alegres e espontâneas; ou seja, pode-se observar a manifestação do lúdico em sua essência e, por consequência, podem ser efetivadas

positivas mudanças de atitudes e comportamentos referentes ao estar *na* e *com* a natureza.

De acordo com a mesma autora é estabelecida uma forte cumplicidade do praticante com o seu corpo, com seus parceiros e com a natureza, momento no qual se alcança uma genuína experiência lúdica. O ato de compartilhar, portanto, também delinea as características de uma atividade lúdica. Inúmeras são as possibilidades de utilização de dinâmicas, cabendo ressaltar que todas elas, de forma genérica, podem ser utilizadas visando a uma experimentação mais intensa das atividades de aventura. As mesmas podem ser adaptadas, conforme o perfil do grupo, a faixa etária e os objetivos almejados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ecoturismo visto como ferramenta para a promoção da Educação Ambiental já alcança resultados satisfatórios no que diz respeito a mudança de comportamento e atitudes de visitantes em UC.

O Brasil caminha em passos lentos rumo a conservação e proteção de áreas naturais porém, há uma crescente preocupação social com fatores ambientais que impulsionam a criação de novas UC.

A criação de UC não garante a proteção destas áreas, é preciso investir na contratação de profissionais qualificados, criar planos de manejo para cada área sempre envolvendo a comunidade local, monitorar, fiscalizar e manejar adequadamente as áreas abertas a visitação, envolver ONGs e empresas privadas em projetos e divulgação da unidade.

Se bem planejada, a visitação pode se tornar a “chave” para o bom relacionamento entre homem e natureza. As vivências e dinâmicas na natureza podem aproximar esse contato. A experiência pode ser bem sucedida ao ponto de despertar no homem muito mais que um sentimento de gratidão pelo fornecimento de recursos, pode despertar com sutileza o respeito, o amor, a admiração, a satisfação, o prazer, a alegria, a contemplação e a vontade de conservar e preservar o que temos de mais belo, a biodiversidade do planeta.

## **BIBLIOGRAFIAS CITADAS**

BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo. Senac São Paulo, 2004

BRASIL. Ministério da Indústria do Comércio e do; **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

CORNELL, J. **A alegria de aprender com a natureza**. São Paulo, Senac, Melhoramentos, 1997.

DECRETO Nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprov a o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.lei.adv.br/84017-79.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2007

EMBRATUR (2005). Disponível em: [http://www.braziltour.com/site/br/dados\\_fatos/conteudo/lista.php?in\\_secao=376](http://www.braziltour.com/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=376). Acesso em 21 de agosto de 2007

FENNELL, D. A. **Ecoturismo: Uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

IBAMA, **Guia do Chefe** (1999). Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia/m-2corpo.htm>. Acesso em 21 de agosto de 2007

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTE, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

KINKER, S. **Ecoturismo e Conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas: Papyrus, 2002

MARINHO, A. **O lúdico e a natureza**. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade ANPPAS, 2004, Indaiatuba (SP), 2004.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. São Paulo: Ipê, 1998.

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e

aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938org.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938org.htm), Acesso em: 20 de agosto de 2007

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável e a proteção do meio ambiente**. 6.ed. Campinas : Papyrus, 6. Ed, 2000.

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação, lei n. 9985 de 18 de julho de 2000, Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2007.

**Palavras-chave:** lúdico; sensibilização ambiental; visitaçãõ.